

Consumo, espetáculo e alienação: um diálogo crítico entre Bauman, Debord e Mauss na sociedade contemporânea

Consumption, spectacle and alienation: a critical dialogue between Bauman, Debord and Mauss in contemporary society

Consumo, espectáculo y alienación: un diálogo crítico entre Bauman, Debord y Mauss en la sociedad contemporánea

Antonio Borja de Almeida Junior¹
Melina Maria Alves de Melo Paiva²
Arlindo Souza Neto³

Resumo

Junior, A. B. A.; Paiva, M. M. A.; Neto, A. S. Consumo, espetáculo e alienação: um diálogo crítico entre Bauman, Debord e Mauss na sociedade contemporânea. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 57 -72, 2025. Doi: 10.33148/ctripico.v49i1.2504

Este artigo aprofunda a análise das intersecções entre consumo, espetáculo e alienação, incorporando a filosofia da dádiva de Jacques T. Godbout e Alain Caille para dialogar com as contribuições clássicas de Zygmunt Bauman, Guy Debord e Marcel Mauss. Além dessa articulação teórica, o texto dialoga com novos tipos de sociabilidades digitais (*crowdfunding*, *software* livre, bancos comunitários e agroecologia), ilustrando como lógicas de reciprocidade persistem e constituem alternativas às formas hegemônicas de mercantilização e espetacularização. Metodologicamente, adota-se um percurso bibliográfico-analítico, apoiado em autores contemporâneos para articular a crítica social à densidade filosófica exigida. Conclui-se que a revalorização da reciprocidade, enquanto princípio organizador da vida social, pode inspirar políticas públicas orientadas à solidariedade e oferecer horizontes de resistência ao consumismo e à reificação.

Palavras-chave: Consumo; Espetáculo; Alienação; Reciprocidade; Reificação; Teoria social.

Abstract

This article delves deeper into the analysis of the intersections between consumption, spectacle, and alienation, incorporating the philosophy of the gift of Jacques T. Godbout and Alain Caille to engage with the classic contributions of Zygmunt Bauman, Guy Debord, and Marcel Mauss. In addition to this theoretical articulation, the text engages with new types of digital sociabilities (*crowdfunding*, free *software*, community banks, and agroecology), illustrating how logics of reciprocity persist and function as alternatives to the hegemonic forms of commodification and spectacularization. Methodologically, a bibliographical-analytical approach is adopted, supported by contemporary authors to articulate a social critique with the usual philosophical density. It concludes that the revaluation of reciprocity, as an organizing principle of social life, can inspire public policies oriented toward solidarity and offer horizons of resistance to consumerism and reification.

¹ Mestrando em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN). E-mail: antonioborja@tjrn.jus.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-3891-3991>

² Mestranda em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e servidora pública da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: melinaalves@uern.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-6522-7932>

³ Sociólogo e antropólogo, mestre e doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: arlindsociologo@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8033-2504>

Keywords: Consumption; Spectacle; Alienation; Reciprocity; Reification; Social theory.

Resumen

Este artículo profundiza el análisis de las intersecciones entre consumo, espectáculo y alienación, incorporando la filosofía del don de Jacques T. Godbout y Alain Caille para dialogar con los aportes clásicos de Zygmunt Bauman, Guy Debord y Marcel Mauss. Además de esta articulación teórica, el texto aborda nuevos tipos de sociabilidades digitales (*crowdfunding*, *software* libre, bancos comunitarios y agroecología), ilustrando cómo persisten lógicas de reciprocidad y alternativas a formas hegemónicas de mercantilización y espectacularización. Metodológicamente se adopta un enfoque bibliográfico-analítico, apoyado en autores contemporáneos para articular la crítica social con la densidad filosófica habitual. Se concluye que la revalorización de la reciprocidad, como principio organizador de la vida social, puede inspirar políticas públicas orientadas a la solidaridad y ofrecer horizontes de resistencia al consumismo y la cosificación.

Palabras clave: Consumo; Espectáculo; Alienación; Reciprocidad; Cosificación; Teoría social.

Data de submissão: 03/04/2025

Data de aceite: 04/06/2025

1 INTRODUÇÃO

As ciências sociais enfrentam desafios epistemológicos singulares, decorrentes das profundas transformações que reconfiguram o tecido social em escala global. Nas últimas três décadas, observamos uma aceleração sem precedentes das dinâmicas econômicas, uma revolução nas tecnologias de comunicação e informação, e uma reestruturação radical das formas de interação social (Harvey, 1990; Castells, 1996). Essas transformações colocam em questão categorias analíticas tradicionais e demandam novas abordagens teóricas capazes de dar conta da complexidade do mundo social atual.

Neste contexto, este artigo propõe um diálogo reflexivo entre três importantes pensadores das ciências sociais: Zygmunt Bauman, Guy Debord e Marcel Mauss. A escolha desses autores se justifica pela complementaridade de suas perspectivas na análise dos fenômenos sociais contemporâneos. Enquanto Bauman oferece uma análise aguda da "modernidade líquida" e da sociedade de consumidores, Debord fornece as ferramentas conceituais para compreender a espetacularização das relações sociais. Por sua vez, Mauss apresenta a reciprocidade como princípio organizador alternativo às lógicas dominantes do capitalismo contemporâneo.

O objetivo central deste trabalho é estabelecer um diálogo teórico entre esses autores, explorando tanto suas convergências quanto suas divergências, com foco especial em três eixos analíticos: as críticas às dinâmicas produtivistas e consumistas da sociedade contemporânea; os processos de alienação e reificação das relações humanas; e, as

possibilidades de construção de alternativas baseadas na reciprocidade e no fortalecimento dos vínculos sociais.

Metodologicamente, este artigo se baseia em uma pesquisa bibliográfica sistemática das obras fundamentais dos autores em questão, incluindo *Vida para consumo* (Bauman, 2008), *A sociedade do espetáculo* (Debord, 2003) e o *Ensaio sobre a dádiva* (Mauss, 1924), além de comentadores relevantes de suas obras. A análise segue uma abordagem qualitativa, combinando análise conceitual com interpretação crítica.

A relevância deste estudo reside em sua capacidade de articular três tradições teóricas distintas - a sociologia crítica contemporânea (Bauman), a crítica situacionista (Debord) e a antropologia social francesa (Mauss) - para iluminar alguns dos problemas mais prementes da sociedade atual. Ao fazê-lo, esperamos contribuir para o debate acadêmico sobre as transformações sociais em curso e suas implicações para a vida coletiva.

2 A METÁFORA DA LIQUIDEZ E A SOCIEDADE DE CONSUMO: A CONTRIBUIÇÃO DE ZYGMUNT BAUMAN

A obra de Zygmunt Bauman oferece um dos diagnósticos mais penetrantes da condição social contemporânea. Sua metáfora da "modernidade líquida" (Bauman, 2000) tornou-se um conceito-chave para compreender as transformações sociais das últimas décadas. Para Bauman, a passagem da modernidade "sólida" para a "líquida" representa uma mudança paradigmática na organização social, marcada pela volatilidade, incerteza e fluidez generalizadas.

Na modernidade líquida, como argumenta Bauman (2000, p. 7), "as condições de ação e estratégias de vida mudam antes que as formas de agir consigam se consolidar em hábitos e rotinas". Essa aceleração das transformações sociais produz um estado permanente de desorientação, onde as estruturas sociais tradicionais, como família, trabalho e comunidade, perdem sua solidez e permanência.

A liquidez baumaniana manifesta-se em várias dimensões da vida social. Como, por exemplo, a "temporal", que consiste na compressão do tempo e a valorização do efêmero sobre o duradouro; a "espacial", que consiste na desterritorialização das relações sociais e a mobilidade como valor supremo; a "relacional", onde há fragilização dos vínculos humanos

e a predominância de conexões superficiais; e a “identitária”, que consiste na fluidez das identidades pessoais e coletivas. Bauman (2008) desenvolve essa análise em *Vida para consumo*, onde examina como a lógica do consumo transformou-se no princípio organizador central da vida social contemporânea. Na sociedade de consumidores, argumenta o autor, os indivíduos são simultaneamente consumidores e mercadorias, consomem e são consumidos. Esse duplo movimento é particularmente visível nas redes sociais, onde as pessoas se expõem e são expostas, transformando suas vidas em espetáculos consumíveis. Como observa Bauman (2008, p. 76): "o objetivo primeiro e decisivo na sociedade de consumidores não é a satisfação de necessidades, desejos e vontades, mas a comodificação ou recomodificação do consumidor: elevar a condição dos consumidores à de mercadorias vendáveis". A análise baumaniana revela como o consumo deixou de ser uma atividade econômica entre outras para se tornar um princípio organizador da vida social como um todo. Um dos aspectos mais relevantes da análise baumaniana para nosso estudo é sua compreensão dos processos de alienação na sociedade contemporânea. Ao contrário das teorias clássicas da alienação, que enfatizavam a separação do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho (Marx, 1844), Bauman destaca novas formas de alienação relacionadas à mercantilização generalizada da vida social.

Na sociedade de consumidores, a alienação manifesta-se principalmente através de três processos interrelacionados: (1) a fragmentação da experiência: a vida é dividida em momentos desconexos de consumo; (2) desengajamento moral: a substituição de compromissos éticos por escolhas estéticas; e, (3) solidão conectada: a ilusão de conexão através de relações mediadas por tecnologias digitais.

Paradoxalmente, como observa Bauman (2015), essa alienação ocorre em um contexto de aparente liberdade e autonomia individual. O processo de individualização, característico da modernidade líquida, transfere para o indivíduo isolado a responsabilidade por problemas que são essencialmente sociais, criando uma sensação generalizada de insegurança e ansiedade.

3 A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO: A CONTRIBUIÇÃO DE GUY DEBORD

A obra de Guy Debord, particularmente *A sociedade do espetáculo*, oferece uma análise complementar à de Bauman para compreender as dinâmicas sociais contemporâneas. Publicado originalmente em 1967, o livro de Debord antecipou muitas das características da sociedade atual que Bauman viria a analisar décadas depois.

Para Debord (2003, p. 13), "a vida das sociedades em que reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação". O espetáculo, nessa perspectiva, não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediada por imagens. A análise debordiana revela como o espetáculo cumpre várias funções na sociedade contemporânea. Como, por exemplo, a função unificadora que cria uma falsa unidade social através do consumo de imagens compartilhadas; a função alienante que substitui a experiência direta pela representação mediada; e a função legitimadora que justifica e naturaliza a ordem social existente.

A conexão entre a análise de Debord e a sociedade de consumidores descrita por Bauman torna-se evidente quando examinamos como o espetáculo se articula com as lógicas do consumo. Para Debord (2003, p. 15), "o espetáculo é o momento em que a mercadoria atingiu a ocupação total da vida social". Na sociedade espetacular, como argumenta o autor, a mercadoria deixa de ser apenas um objeto de consumo para se tornar uma imagem a ser consumida.

Esse processo atinge seu ápice nas sociedades contemporâneas, onde, como observa Bauman (2008), os próprios indivíduos se transformam em mercadorias espetacularizadas. A convergência entre as análises de Bauman e Debord torna-se particularmente relevante quando examinamos as redes sociais digitais. Como argumenta Martini e Beuron (2023, p. 70), "as redes sociais hoje são o principal campo em que se constata dito processo, em que as pessoas renunciam à sua privacidade e ao direito de preservação da imagem, a fim de serem expostas e consumidas em uma verdadeira lógica de mercado".

A teoria do espetáculo de Debord oferece uma análise sofisticada dos processos de reificação e alienação na sociedade contemporânea. Ao contrário das teorias marxistas tradicionais, que enfocavam a reificação no âmbito da produção, Debord destaca como a reificação atinge todas as esferas da vida social através do espetáculo. Na sociedade espetacular, como argumenta o autor, as relações sociais são transformadas em relações

entre imagens, e os indivíduos se relacionam não diretamente, mas através de representações mediadas. Esse processo produz uma forma específica de alienação: o consumo. Dessa maneira, análise debordiana complementa a de Bauman ao mostrar como a alienação na sociedade contemporânea não se limita à esfera do trabalho, mas permeia todas as dimensões da vida social através da mediação espetacular.

4 RECIPROCIDADE E DÁDIVA: A CONTRIBUIÇÃO DE MARCEL MAUSS

Em contraste com as análises críticas de Bauman e Debord, a obra de Marcel Mauss, particularmente seu *Ensaio sobre a dádiva* (1924), oferece uma perspectiva alternativa sobre as relações sociais. Mauss examina os sistemas de troca em sociedades arcaicas, identificando a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir como fundamento das relações sociais.

Para Mauss, como explica Martins (2005, p. 53), "todas as sociedades possuem um sistema de reciprocidade de caráter interpessoal que se expande ou se retrai a partir de uma tríplice obrigação coletiva de doação, de recebimento e devolução de bens simbólicos e materiais". Esse sistema, que ele denomina dom ou dádiva, envolve uma troca simbólica que gera obrigações recíprocas e fortalece os laços sociais. A análise maussiana é particularmente relevante para nosso estudo porque oferece um contraponto às lógicas do consumo e do espetáculo analisadas por Bauman e Debord. Enquanto estes enfatizam a fragmentação e alienação das relações sociais, Mauss destaca a importância das trocas simbólicas na construção e manutenção do tecido social. A teoria da dádiva de Mauss apresenta um desafio fundamental às lógicas mercantis que dominam a sociedade contemporânea. Como observa Martins (2005, p. 54), "na perspectiva da dádiva, sociedade e indivíduo são modos de manifestação do fato total, são possibilidades fenomenais que se engendram incessantemente por meio de um continuum de interrelações motivadas pela circulação do espírito da coisa dada".

Essa perspectiva contrasta radicalmente com a lógica do mercado, onde, como mostram Bauman e Debord, as relações sociais são mediadas pelo cálculo econômico e pela troca equivalente. Enquanto a troca mercantil tende a ser pontual e impessoal, a dádiva cria vínculos duradouros entre os participantes. Conforme observa Mauss (2003), nesse tipo de troca o que realmente importa não é a quantidade, mas a qualidade do gesto, e a restituição

se baseia em relações de assimetria, não de equivalência. Desse modo, ofertas como presentes ou hospitalidade jamais são retribuídas com o mesmo valor monetário nem, necessariamente, no exato momento em que são feitas.

A análise de Mauss sugere que a reciprocidade pode servir como princípio organizador alternativo às lógicas dominantes do consumo e do espetáculo. Como argumenta Martins (2005, p. 56), "aquilo que circula influi decisivamente sobre como se formam os atores e como se definem seus lugares em sociedade". Essa perspectiva é particularmente relevante para repensar as relações sociais na sociedade contemporânea. Enquanto Bauman e Debord destacam os processos de alienação e reificação, Mauss oferece um modelo de relações sociais baseado na reciprocidade e no reconhecimento mútuo.

A dádiva, nessa perspectiva, não se limita à troca de objetos materiais, mas inclui "sorrisos, gentilezas, palavras, hospitalidades, presentes, serviços gratuitos, dentre muitos outros" (Martins, 2005, p. 56). Essa ampliação do conceito de troca permite vislumbrar formas de interação social que escapam à lógica mercantil analisada por Bauman e Debord.

5 “FLUIDEZ”, “ESPETÁCULO” E “DOM” NAS NOVAS FORMAS DE SOCIABILIDADE CONTEMPORÂNEAS

Apesar de suas diferenças teóricas e metodológicas, Bauman, Debord e Mauss compartilham elementos para a construção de uma crítica profunda às dinâmicas do capitalismo contemporâneo. Enquanto Bauman enfoca a liquidez e a mercantilização das relações, Debord destaca a mediação espetacular e Mauss oferece um contraponto através da reciprocidade.

Essas críticas convergem em vários pontos, como por exemplo:

Mercantilização da vida social: todos os três autores destacam como as relações humanas são transformadas em transações; Fragilização dos vínculos sociais: Bauman fala da liquidez, Debord da mediação espetacular, Mauss da perda da reciprocidade; Alienação: cada autor analisa formas específicas de alienação decorrentes desses processos.

As diferenças entre os três também são igualmente reveladoras. Enquanto Bauman e Debord oferecem análises predominantemente críticas, Mauss apresenta uma alternativa

positiva baseada na reciprocidade. Essa complementaridade permite uma compreensão mais completa dos desafios contemporâneos. Outra diferença importante reside em seus objetos de estudo. Bauman analisa a sociedade contemporânea em sua globalidade; Debord foca na mediação espetacular; Mauss examina sistemas de troca em sociedades não capitalistas. Essa diversidade de enfoques enriquece o diálogo teórico.

A articulação entre essas três perspectivas oferece ferramentas poderosas para analisar a sociedade contemporânea. A combinação da crítica baumaniana à modernidade líquida, da análise debordiana do espetáculo e da perspectiva maussiana sobre a reciprocidade permite compreender os processos de alienação em sua complexidade, identificar alternativas às lógicas dominantes e desenvolver estratégias de resistência e transformação social.

Quando Marcel Mauss analisou, em 1924, as obrigações de dar, receber e retribuir, não poderia imaginar o alcance de sua intuição em um mundo conectado por fibras ópticas e redes sem fio. Entretanto, as práticas que hoje chamamos economia da dádiva continuam a desafiar a supremacia da mercadoria, atuando como contrafluxos simbólicos em uma sociedade que Zygmunt Bauman descreveu como “líquida” e Guy Debord denunciou como “espetáculo”. Se para Bauman as relações dissolvem-se com a mesma rapidez com que são firmadas, e para Debord a experiência social torna-se imagem circulante, o dom aparece como insistência material de um vínculo que deseja durar e como interrupção do olhar mercantil que tudo converte em cifrão.

Desse modo, tais autores, articulados, podem ser utilizados para uma leitura de alguns fenômenos contemporâneos, como, por exemplo, o *crowdfunding*⁴, *software* livre, moedas sociais, bancos de tempo, cooperativas de plataforma, dados como bem comum, criptomoedas comunitárias, licenças *creative commons*⁵, mutirões urbanos, agroecologia, finanças solidárias, redes de cuidado etc. Nesta seção, examinaremos como se entrelaçam e que tipo de horizonte político anunciam.

Na esfera digital, o dom manifesta-se em projetos de código aberto, repositórios colaborativos e campanhas de financiamento coletivo. Benkler (2006) descreve essa

⁴ Financiamento coletivo.

⁵ O maior exemplo desse modelo é a *Wikipédia*.

paisagem como “produção *peer-to-peer*”⁶, sustentada por reputação e cooperação distribuída. Ao transferir o foco do lucro imediato para a reputação partilhada, esses arranjos introduzem um tempo mais lento, incompatível com a urgência da modernidade líquida. A reputação, tal qual um crédito moral, adquire valor cumulativo; ela não se dissipa em cliques instantâneos, mas requer presença continuada e reconhecimento mútuo. Se a liquidez baumaniana prega mobilidade sem raiz, a contribuição persistente a um projeto de *software* livre exige permanência. Em termos debordianos, o código aberto produz “situações” em que usuários não apenas consomem imagens, mas coproduzem utilidade comum, subvertendo a passividade que alimenta o espetáculo.

O *crowdfunding* amplia esse jogo. Campanhas bem-sucedidas raramente dependem só do capital levantado. Elas dependem da narrativa, da confiança e do senso de pertencimento que catalisam. Quem doa não compra um produto acabado, mas investe em uma possibilidade compartilhada. O retorno, quando ocorre, vem na forma de pertencimento simbólico ou de benefícios futuros, nem sempre equivalentes ao montante doado. Desloca-se, assim, o eixo da equivalência estrita para um regime de reconhecimento difuso, reativando a lógica da dádiva primitiva em plena era do *PayPal*.

No Brasil, bancos comunitários como o Banco Palmas, em Fortaleza, emitem moedas locais lastreadas na confiança mútua. Elas circulam dentro do bairro, fortalecendo microempreendedores e retendo riqueza no território. Ao deslocar a mediação financeira dos grandes bancos para redes de vizinhança, essas experiências desmercadorizam o crédito, resgatando uma dimensão relacional próxima à dádiva. Bauman veria aí uma tentativa de reenraizar a economia, de condensar a fluidez em solidariedade territorial. Debord, por sua vez, notaria o potencial dessas moedas para interromper a espetacularização monetária, pois seu valor depende menos da cotação abstrata e mais da interação face a face.

Bancos de tempo trocam horas, não dinheiro. Cuidar de uma idosa ou dar aula de reforço rende créditos que podem ser trocados por reparos domésticos ou consultas médicas comunitárias. Esse mercado invertido, onde o preço é sempre uma hora, corrói o fetiche do valor quantitativo. Torna visível o trabalho reprodutivo, historicamente invisibilizado, e revela que o bem-estar coletivo repousa sobre uma vasta rede de dádivas quotidianas. Ao

⁶ Designa processos colaborativos em larga escala, viabilizados por plataformas digitais, que dispensam tanto a lógica puramente mercantil quanto a hierarquia corporativa, gerando ativos que pertencem a todos os participantes e, potencialmente, à sociedade como um todo. Por exemplo, o Sistema Linux e a Wikipédia.

classificar todas as tarefas numa métrica igualitária, bancos de tempo minam hierarquias funcionalistas e performam o ideal baumaniano de comunidade moral em meio ao turbilhão líquido. Muito provavelmente Debord diria que o tempo capturado pela produção industrial retorna como presente comum.

Se o capitalismo de plataforma converte dados em lucro privado, cooperativas digitais tentam reconduzir esses mesmos algoritmos ao interesse coletivo. Motoristas que se unem para gerir seu próprio aplicativo ou entregadores que repartem receita demonstram que a infraestrutura técnica pode ser redesenhada segundo a lógica da reciprocidade. Aqui, a dádiva aparece como autogestão da externalidade: cada associado oferta parte de seu trabalho e, em troca, participa das decisões e da distribuição do excedente. A instabilidade laboral, sintoma da liquidez, é enfrentada por um pacto de confiança estatutária, enquanto o espetáculo da marca corporativa cede lugar à visibilidade dos próprios trabalhadores.

Da agroecologia às feiras de trocas, cadeias curtas de abastecimento encurtam a distância entre produtor e consumidor. O alimento chega carregado de história, rosto e sazonalidade, atributos que o supermercado neutraliza em embalagens plásticas. Cada cesta orgânica entregue por uma cooperativa solidária é, portanto, uma contraimagem ao tomate estandardizado do hipermercado. A relação custo-benefício dá lugar ao significado; a qualidade reocupa o espaço da quantidade. O consumidor torna-se cocuidador do solo e, nesse gesto, abraça o *ethos* debordiano de reconstruir a experiência contra as mercadorias-fantasma.

Durante a pandemia de Covid-19, coletivos de bairro costuraram máscaras, montaram cozinhas solidárias e organizaram vaquinhas para famílias em isolamento. A urgência sanitária afetou o mercado formal de suprimentos; emergiu, no vazio, uma economia de dádivas suturando feridas sociais. Bauman observaria a reemergência do “nós” comunitário quando as instituições líquidas fraquejam. Debord enxergaria a rachadura do espetáculo, momentaneamente subjugado pelo valor do encontro, mesmo que mediado por janelas ou aplicativos de mensagem.

Outro exemplo é o compartilhamento viral de memes que opera sob regime de alegria contagiosa, onde cada postagem é um presente que adiciona camada interpretativa. A autoria fragmenta-se, gerando uma rede de dívidas criativas que nenhuma legislação de copyright consegue mapear. O riso, aqui, é política. O riso desmonta a seriedade do

capital-imagem, expondo sua arbitrariedade. O meme subverte o espetáculo ao rir-se dele, e contraria a fluidez sem lastro ao ancorar sentido em comunidades afetivas.

Por sua vez, as *big techs* aprenderam a extrair lucro do gesto cooperativo, onde curtidas viram dados, dados viram mercadorias. Assim, o presente se transmuta em novo espetáculo e contribui para a liquidez hegemônica. A dialética da dádiva inclui, portanto, o risco de captura. Se o código aberto é incorporado a produtos proprietários sem devolução, ocorre aquilo que Debord chamaria de “*détournement inverso*”: o sistema absorve o antídoto e o revende.

Mas o que une *crowdfunding*, *software* livre, bancos comunitários e agroecologia? Muito possivelmente, o entrelaçamento comunitário em detrimento do isolamento competitivo. Todavia, sempre bom lembrar, tais redes não residem fora do capitalismo, elas convivem com ele em tensão contínua. Bauman alertaria contra o risco de que a liquidez dissolva até mesmo essas iniciativas, transformando dom em “amostra grátis” para fidelizar consumidores. Debord lembraria que qualquer prática pode ser espetacularizada, reduzida a um *hashtag* ou *case* de marketing. Já perspectiva maussiana, alertaria para a articulação de instituições capazes de conter essa liquidez e o fascínio do espetáculo.

Se a modernidade líquida ameaça a consistência dos laços e a sociedade do espetáculo encena a vida como mercadoria, o dom oferece gramática alternativa, dando foco à circularidade, à mutualidade e à temporalidade expandida. Ele não é panaceia, mas revela que outras economias são possíveis e já estão em curso. Ao reconhecer o valor dos presentes que trocamos, seja tempo, cuidado, conhecimento, alimento etc., fortalecemos o tecido social e a existência de uma política do comum. Nesse gesto, Mauss encontra Bauman na busca por densidade afetiva, e Debord na recusa ao fascínio mercantil. A revitalização da dádiva, portanto, não é regresso nostálgico, mas projeto de futuro, um convite a praticar outras lógicas de sociabilidade.

6 OS PRINCÍPIOS DA DÁDIVA MAUSSIANA E AS IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

A incorporação dos princípios da dádiva nos desenhos de políticas públicas requer reconhecer que o valor gerado pelas comunidades excede os limites impostos pela acumulação e o lucro. Propostas recentes do campo da economia do bem-estar defendem

métricas que incluam capital social e vínculos de confiança. Quando gestores municipais adotam instrumentos como orçamento participativo digital, inevitavelmente criam-se espaços de reciprocidade institucionalizada, estimulando a corresponsabilidade entre Estado e sociedade civil.

Experiências em Porto Alegre, Recife e Barcelona⁷ ilustram que alocar recursos a partir de deliberação coletiva aumenta a eficiência distributiva e legitima as decisões, reafirmando o argumento de Mauss sobre a obrigação de dar, receber e retribuir em escala ampliada. Sob essa ótica, tecnologias de código aberto oferecem arquitetura colaborativa que reduzem custos de transação e ampliam a transparência, alinhados à ética da dádiva.

Para consolidar políticas ancoradas na reciprocidade, é essencial construir sistemas participativos de monitoramento que privilegiem indicadores qualitativos de confiança e coesão social. Ferramentas de ciência cidadã podem coletar dados em tempo real, permitindo ajustes iterativos que honram o princípio maussiano da retribuição contínua. Ao estabelecer ciclos de *feedback* entre beneficiários e gestores, o Estado assume o papel de facilitador, reforçando pactos de solidariedade em vez de impor soluções de cima para baixo.

Experiências de renda básica universal testadas em países como Finlândia e programas-piloto no Brasil evidenciam que a transferência incondicional de recursos financeiros pode ser entendida como modalidade de dádiva institucional, que gera contrapartidas intangíveis na forma de maior autonomia e engajamento cívico. Estudos de Raventós (2022) indicam que beneficiários tendem a retribuir à coletividade por meio de participação ampliada em iniciativas comunitárias, corroborando a noção de que a generosidade estruturada no nível estatal não rompe com a obrigação de devolver, mas redefine o espaço da reciprocidade.

Finalmente, iniciativas de compras públicas com cláusulas de impacto social demonstram que o poder de aquisição do Estado pode fortalecer cadeias produtivas

⁷ Em Porto Alegre foi a experiência do “Orçamento Participativo”. Iniciado em 1989, reúne assembleias de bairro e fóruns temáticos que definem anualmente cerca de 15% do orçamento municipal. As prioridades votadas são incorporadas ao Plano Plurianual e acompanhadas em audiências públicas, tornando-se referência mundial de democracia deliberativa. No Recife, o programa “Participa Recife” combina plenárias presenciais com a plataforma digital homônima, criada em 2014, para que cidadãos proponham, discutam e votem projetos que, se aprovados, entram na Lei Orçamentária Anual; e, em Barcelona (Espanha), desde 2016, a cidade emprega o ecossistema “Decidim” (código aberto) em consultas públicas e, entre 2020-2024, destinou 75 milhões de euros a projetos escolhidos via “Pressupostos Participatius”, uma ferramenta que permite que qualquer morador apresente propostas, delibere e acompanhe cada etapa de implementação, consolidando-se como modelo exportável de governança colaborativa.

baseadas na lógica da cooperação, ampliando os círculos virtuosos da dádiva e reforçando a sustentabilidade econômica de projetos solidários.

Essas evidências sugerem que políticas públicas inspiradas na dádiva não devem ser vistas como gasto, mas como investimento em capital social e em resiliência comunitária, capaz de reduzir custos futuros associados a crises econômicas, sanitárias e climáticas. Ao reconhecer o valor econômico da cooperação, gestores fortalecem cadeias de valor territorializadas, promovendo empregos locais, reduzindo pegadas de carbono e, sobretudo, cultivando o senso de pertença que funda qualquer comunidade democrática duradoura.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou demonstrar que as críticas de Bauman e Debord à mercantilização e à mediação espetacular podem ser robustecidas pela filosofia da dádiva de Mauss. Ao agregar exemplos contemporâneos que se baseiam em reputação e cooperação mútua, fica evidente que relações de reciprocidade permanecem centrais na tessitura social, mesmo em ambientes marcados pelo individualismo e pela lógica de mercado. A alienação não é destino irreversível, ela pode ser enfrentada por práticas que recolocam o reconhecimento mútuo e a dádiva no centro das interações.

Do ponto de vista filosófico, o diálogo entre ontologia social, se assim podemos denominar, e crítica política mostrou que reciprocidade não é mera nostalgia comunitarista. Ela corresponde a uma gramática moral dotada de eficácia pragmática, capaz de orientar inovações institucionais em políticas públicas de economia solidária, cultura digital e direitos sociais. Uma abordagem das instituições contemporâneas que articule as teorias do dom pode apontar caminhos concretos para uma gestão coletiva de recursos tangíveis e intangíveis, reforçando a potencialidade emancipatória das trocas não mercantis.

Em síntese, buscou-se reforçar que a sociedade contemporânea comporta múltiplas racionalidades. A lógica do consumo e do espetáculo contrapõe-se à lógica da dádiva, que, ao invés de suprimir o mercado, oferece-lhe limites éticos e possibilidades de reencantamento. Pesquisas futuras podem investigar métricas de impacto dessas práticas de reciprocidade em larga escala, bem como explorar metodologias participativas que deem

voz a coletivos historicamente silenciados. Avançar nessa agenda contribuirá para uma sociologia crítica comprometida com a transformação social.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BAUMAN, Z. *Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BAUMAN, Z.; JACOBSEN, M. H.; TESTER, K. *Para que serve a sociologia?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2015.
- BENKLER, Y. *The wealth of networks: How social production transforms markets and freedom*. New Haven: Yale University Press, 2006.
- CASTELLS, M. *The rise of the network society*. Oxford: Blackwell, 1996.
- COLEMAN, G. *Coding freedom: The ethics and aesthetics of hacking*. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- COSTA, M. et al. “Dádiva e solidariedade em tempos de pandemia: um estudo sobre redes de apoio no Recife”. *Revista Brasileira de Sociologia*, 2023.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 2003.
- GODBOUT, J. T.; CAILLE, A. *O mundo da dádiva*. Montreal & Kingston: McGill-Queen’s University Press, 1998.
- GRAEBER, D. *Debt: The first 5,000 years*. New York: Melville House, 2011.
- HARVEY, D. *The condition of postmodernity*. Oxford: Blackwell, 1990.
- MARTINS, P. H. “A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 73, p. 45-66, 2005.
- MARTINI, S. R.; BEURON, B. M. C. “Reconfiguração das relações humanas e sociais a partir da tecnologia: perspectivas sobre a exposição midiática segundo Bauman e Debord e os efeitos jurídicos aos direitos fundamentais”. *Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno*, v. 2, n. 8, p. 64-78, 2023.
- MAUSS, M. “Ensaio sobre a dádiva”. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 1924/2003.

OSTROM, E. *Governing the commons: The evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RIFKIN, J. *A era do acesso*. São Paulo: Makron Books, 2001.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

STALLMAN, R. *Free software, free society: Selected essays*. Boston: GNU Press, 2002.